

Jerônimo defende Rui em chapa: ‘Confiança’

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O governador Jerônimo Rodrigues (PT) afirmou, em entrevista à rádio Baiana FM, que caberá a ele a definição da chapa majoritária para as eleições deste ano. A declaração foi feita ao ser questionado sobre o espaço que será destinado ao senador Angelo Coronel (PSD) diante da possibilidade de uma chapa puro-sangue, formada por Jaques Wagner e Rui Costa.

“Eu quero uma chapa forte, [quem vai escalar] sou eu. Eu quero uma chapa forte. Coronel e Wagner têm toda a credibilidade para se colocar em uma

reeleição. Não está errado de forma nenhuma. Não é a vez de Otto agora. Mas o Rui também tem credibilidade para dizer: ‘Olha só, eu estou disposto a oferecer meu nome para ir’. Qual é o problema?”, perguntou o governador.

Jerônimo também destacou a trajetória política do atual ministro da Casa Civil, Rui Costa, ao defender seu nome como opção viável. “Foi governador, foi deputado, foi vereador. Está sendo um excelente ministro de confiança de Lula. Não entregou o cargo antes, porque, se ele tivesse largado o cargo antes, possivelmente estaria na disputa ali com o Otto. Eu tenho três nomes. Qual é a dor de cabeça? A dor de cabeça é a gente poder resolver sem desunir o grupo e sem enfraquecer

a chapa”, afirmou.

Segundo o governador, a definição da chapa deve ocorrer até o mês de março. “Depois do Carnaval nós temos que ver isso, porque senão também cria desgaste. Nós temos que resolver na política”, declarou. Ele contou ainda que os partidos da base aliada atuarão pela unidade do grupo. “O que eu quero e que eu vou trabalhar é para ter uma chapa competitiva e uma chapa da união. O senador Otto é um cara da união”, disse.

Durante a entrevista, Jerônimo voltou a comentar o andamento do projeto da ponte Salvador-Itaparica. Questionado se alguma etapa da obra já havia sido iniciada no local, o governador respondeu: “Está em fase de mobilização”. O



Jerônimo Rodrigues não descarta chapa com Rui Costa em 2026 na Bahia

empreendimento, anunciado pela primeira vez em 2009, no governo Jaques Wagner, vem sendo reiterado desde então nas gestões seguintes.

A segurança pública foi outro assunto discutido na rádio. O governador afirmou que o enfrentamento ao crime

organizado é uma de suas prioridades à frente do Executivo estadual. “Eu durmo e acordo pensando nisso, porque eu sou pai. Como eu sou professor, eu sei o que significa a disputa entre uma escola, uma família, a igreja e o crime organizado. O [secretário da Segurança Pública]

Marcelo Werner virou o ano, em 31 de dezembro, e, no dia seguinte, ele me manda um relatório que eu pedi. Nós reduzimos esse ano. São quatro anos consecutivos com a redução de mortes violentas na Bahia. Quatro anos consecutivos”, completou.

ENTREVISTA

Luiz Marinho critica uso indevido do MEI na Bahia



Luiz Marinho participou de sabatina com a Tribuna

MATEUS SOARES E HENRIQUE
BRINCO
REPÓRTERES

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT), afirmou que o enfrentamento aos altos índices de informalidade no mercado de trabalho depende do crescimento econômico e de políticas permanentes voltadas à formalização com qualidade. A declaração foi feita ontem (7), durante entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, após questionamento da Tribuna sobre as ações da pasta diante do cenário de trabalhadores informais na Bahia.

Segundo Marinho, a relação entre trabalho formal e informal tende a se alterar conforme a economia avança. “Toda vez que a economia

cresce e há um governo com a nossa visão de orientar um processo e estimular a formalização do trabalho, acaba mexendo nessa balança”, afirmou. Para ele, o tema exige atenção contínua de todos os entes federativos. “Essa pergunta é importante porque coloca para os governantes, não só o governo federal, mas também governadores, prefeitos e prefeitas, que isso tem que ser um olhar permanente”, disse.

Ele avaliou que parte da informalidade é estimulada por práticas inadequadas, inclusive pelo uso indevido do regime de Microempreendedor Individual (MEI). “Percebo que muita gente acaba estimulando o trabalho informal e também um trabalho que é formal, mas precário, muitas

vezes relacionado de forma equivocada ao MEI”, declarou. “O MEI não foi pensado para todas as formas de trabalho. Uma empresa, uma linha de produção, não comporta MEI”, emendou.

De acordo com Marinho, o MEI foi concebido para formalizar atividades que historicamente atuavam à margem da legislação trabalhista. “O MEI foi pensado para aquela economia que era totalmente informal: o vendedor ambulante, o feirante, quem vendia seus produtos para complementar a renda da família”, explicou. Marinho alertou que substituir vínculos celetistas por contratos de MEI configuraria irregularidade. “Transformar um empregado CLT em MEI é um equívoco, é uma fraude trabalhista, mas isso

tem sido estimulado por muita gente”, pontuou.

O titular da pasta citou exemplos de funções que, segundo ele, não se enquadram no regime de microempreendedor. “Uma redação de uma empresa de comunicação não comporta MEI”, afirmou. Ele acrescentou inclusive que há casos semelhantes na administração pública: “Às vezes prefeitos e prefeitas estão contratando MEI como coletor de resíduos sólidos. Isso não cabe. Esse trabalhador tem que ser empregado da empresa responsável pela coleta do lixo”. “Uma professora ou um ajudante administrativo não são MEI, são funcionários, têm que estar no regime CLT ou no regime próprio”, continuou.

Deputados baianos gastaram mais de R\$ 17,6 milhões da cota

Valor mensal da cota varia conforme o estado de origem do parlamentar

REDAÇÃO

Os 39 deputados federais da Bahia utilizaram, ao longo de 2025, mais de R\$ 17,6 milhões da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap). Ao todo, foram R\$ 17.672.714,29 destinados ao custeio de despesas vinculadas ao mandato, como transporte, passagens aéreas, hospedagem, alimentação, aluguel e manutenção de escritórios políticos, além de serviços de comunicação e divulgação das atividades parlamentares.

Os dados fazem parte de um levantamento realizado pelo site BNews com base em informações disponíveis no Portal da Transparência

da Câmara dos Deputados. O valor mensal da cota varia conforme o estado de origem do parlamentar, levando em consideração, entre outros fatores, a distância até Brasília.

No caso da Bahia, a Ceap pode chegar a até R\$ 44.804,65 por deputado, o que ajuda a explicar o volume elevado de recursos utilizados pela bancada baiana ao longo do ano.

No topo do ranking aparece o deputado Bacelar, do PV, com R\$ 542.512,67 em despesas registradas em 2025. Logo em seguida estão Joseildo Ramos, do PT, que utilizou R\$ 539.472,21, e Daniel Almeida, do PCdoB, com R\$ 531.504,13. O grupo dos parlamentares que ultra-

passaram a marca de meio milhão de reais inclui ainda Roberta Roma, do PL, que fechou o período com R\$ 526.130,20.

Outros nomes também figuram entre os maiores gastos da bancada baiana, como Paulo Azi, do União Brasil, com R\$ 514.379,27; Lídice da Mata, do PSB, com R\$ 508.500,43; Rogéria Santos, do Republicanos, com R\$ 508.051,21; e João Leão, do PP, que somou R\$ 504.674,86 ao longo do ano.

O levantamento mostra ainda que, em alguns casos, as despesas se concentraram em meses específicos. Márcio Marinho, do Republicanos, apresentou um pico em maio, quando utilizou R\$ 127.663,97 da cota parlamen-

tar. Já Paulo Azi registrou seu maior volume de gastos em agosto, com R\$ 73.870,25 no mês.

Por outro lado, parte dos deputados manteve um padrão mais regular de despesas ao longo do ano, como Arthur Oliveira Maia e Gabriel Nunes, ambos próximos de R\$ 491 mil, além de Waldenor Pereira e Josias Gomes, que ficaram abaixo da faixa dos R\$ 485 mil.

Na extremidade oposta da lista está Sérgio Brito, do PSD, com apenas R\$ 17.104,63 em gastos. O parlamentar passou boa parte de 2025 licenciado, ocupando o cargo de secretário de Infraestrutura da Bahia, e só retomou o mandato em novembro.



Bacelar lidera ranking de gastos dos deputados

Bruno Reis promove primeira mudança no secretariado



Sóstenes Macedo é trocado de pasta na Prefeitura

REDAÇÃO

A gestão do prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), passou pela primeira mudança oficial no secretariado, conforme publicação no Diário Oficial do Município (DOM). Sóstenes Macedo deixou o comando da Defesa Civil de Salvador (Codesal) para assumir a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Sedur), pasta estratégica da administração municipal. Ele substituiu João Xavier, que deixa o cargo após período à frente da secretaria.

Com a saída de Sóstenes Macedo, a Codesal passa a ser comandada por Adriano Silveira. O novo titular do órgão já possui trajetória na

gestão municipal e vinha atuando como diretor de Operações da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop), função na qual acumulou experiência na coordenação de ações operacionais e de resposta a emergências na capital baiana.

Já João Xavier, que estava à frente da Sedur, foi deslocado para a Secretaria de Governo (Segov), onde assumirá a função de assessor especial. De acordo com a prefeitura, ele “vai se dedicar a assuntos estratégicos para a Prefeitura, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que está em fase de revisão”, conforme informado em nota oficial. O PDDU é considerado um dos principais instrumentos de planejamento urbano da cida-

de e está no centro de debates técnicos e políticos.

A mudança integra um processo mais amplo de reorganização administrativa que, segundo o próprio prefeito, deve continuar ao longo de 2025. Na última terça-feira (6), Bruno Reis já havia sinalizado que outras alterações no secretariado municipal estão previstas, muitas delas relacionadas ao processo de desincompatibilização de auxiliares que pretendem disputar as eleições.

Entre os nomes citados pelo prefeito estão o secretário de Governo, Cacá Leão, que é pré-candidato a deputado federal; o secretário particular, Igor Dominguez, pré-candidato a deputado estadual; e o titular da Secretaria de Infraestrutura e Obras Públi-

cas (Seinfra), Luiz Carlos, que ainda avalia a possibilidade de entrar na disputa eleitoral.

Apesar das mudanças no horizonte, Bruno Reis reforçou que a escolha dos ocupantes dos cargos seguirá critérios técnicos. “Sempre colocamos pessoas qualificadas, técnicas e preparadas para as áreas específicas. Podemos fazer ajustes, independentemente de eleição”, afirmou o prefeito.

Ao comentar o cenário político e eleitoral, Bruno Reis destacou que o grupo de oposição em Salvador deve aguardar as definições nos âmbitos estadual e nacional antes de avançar nas discussões sobre a chapa majoritária. Segundo ele, há diversos nomes disponíveis no campo oposicionista.